

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("BV Leasing") relativas aos semestres encerrados em 30 de junho de 2013 (1513) e 2012 (1512) acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do relatório dos auditores independentes.
Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações

são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.
A BV Leasing encerrou o 1513 com saldo de carteira de crédito de R\$ 1,4 bilhão, ante R\$ 2,6 bilhões no 1512. Essa redução está alinhada à retração na carteira de Leasing - Pessoa Física do mercado, que reduziu cerca de 53% nos últimos doze meses, conforme dados do Banco Central. No 1513, a BV Leasing registrou Lucro líquido de R\$ 38,6 milhões (R\$ 18,9 milhões no 1512) e patrimônio líquido de R\$ 1,4 bilhão (R\$ 1,3 bilhão no 1512).

Adicionalmente, no semestre encerrado em 30 de junho de 2013, não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa.
A Administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 07 de agosto de 2013.

A Diretoria
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Ativo		
Circulante	7.309.232	21.747.941
Disponibilidades	3.239	3.934
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.613.424	5.652.137
Aplicações no mercado aberto	4.613.424	5.652.137
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.554.082	15.833.128
Carteira própria	31.525	243.573
Instrumentos financeiros derivativos	2.522.557	15.589.555
Operações de arrendamento mercantil	(53.267)	(64.466)
Arrendamento a receber - Setor privado	765.029	1.100.401
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(750.272)	(1.083.625)
Adiantamentos a fornecedores	-	6.994
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(68.024)	(88.236)
Outros créditos	178.403	307.158
Diversos	183.169	315.453
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(4.766)	(8.295)
Outros valores e bens	13.351	16.050
Bens não de uso próprio	8.997	9.275
Provisões para desvalorizações	(834)	(382)
Despesas antecipadas	5.188	7.157
Realizável a longo prazo	19.001.943	3.083.594
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	18.428.335	2.471.772
Carteira própria	26.833	33.263
Instrumentos financeiros derivativos	18.401.498	2.438.509
Operações de arrendamento mercantil	(29.555)	(82.202)
Arrendamento a receber - Setor privado	472.788	1.097.598
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(464.139)	(1.080.754)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(38.204)	(99.046)
Outros créditos	598.510	684.969
Diversos	601.187	692.719
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(2.677)	(7.750)
Outros valores e bens	4.653	9.055
Despesas antecipadas	4.653	9.055
Permanente	3.325.919	5.110.741
Investimentos	5.343	2.424
Outros investimentos	8.253	3.639
Provisão para perdas	(2.910)	(1.215)
Imobilizado de uso	-	186
Outras imobilizações de uso	(186)	(186)
Depreciações acumuladas	-	-
Imobilizado de arrendamento	3.309.008	5.100.674
Bens arrendados	3.688.741	5.214.025
Superveniência de depreciação	2.387.670	3.335.545
Depreciações acumuladas	(2.767.403)	(3.448.896)
Diferido	11.568	7.643
Gastos de organização e expansões	22.601	13.475
Amortização acumulada	(11.033)	(5.832)
Total do ativo	29.637.094	29.942.276

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2013	2012
Passivo		
Circulante	1.857.890	5.111.570
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	3.191.563
Recursos de debêntures	-	3.191.563
Obrigações por empréstimos e repasses	1.364	1.555
Repasses do País - Instituições oficiais	1.364	1.555
FINAME	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(247.111)	(418.737)
Instrumentos financeiros derivativos	247.111	418.737
Outras obrigações	1.609.415	1.499.715
Fiscais e previdenciárias	308.595	128.417
Credores por antecipação de valor residual	1.277.191	1.345.978
Diversas	23.629	25.320
Exigível a longo prazo	26.418.763	23.515.973
Recursos de aceites e emissão de títulos	25.332.050	21.233.365
Recursos de debêntures	25.332.050	21.233.365
Obrigações por empréstimos e repasses	9.937	17.591
Repasses do País - Instituições oficiais	9.937	17.591
FINAME	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	134.646	346.751
Instrumentos financeiros derivativos	134.646	346.751
Outras obrigações	942.130	1.918.266
Fiscais e previdenciárias	224.482	561.885
Credores por antecipação de valor residual	717.312	1.355.448
Diversas	336	933
Patrimônio líquido	1.360.441	1.314.733
Capital	-	-
De domiciliados no País	998.800	998.800
Reservas de lucros	324.947	297.999
Lucros acumulados	36.694	17.934

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de Capital	Legal	Expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	998.800	-	25.154	271.901	-	-	1.295.855
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	18.878	18.878
Destinações do Lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	944	-	-	(944)	-
Saldos em 30 de junho de 2012	998.800	-	26.098	271.901	-	17.934	1.314.733
Saldos em 31 de dezembro de 2012	998.800	-	26.858	296.158	(75)	-	1.321.741
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	75	-	75
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	38.625	38.625
Destinações do Lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	1.931	-	-	(1.931)	-
Saldos em 30 de junho de 2013	998.800	-	28.789	296.158	-	36.694	1.360.441

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional
A BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. é uma Companhia de Capital fechado que tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/2007, complementada pela Lei nº 11.941/2009, as quais alteram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do CMN. As alterações aprovadas pelo CMN foram:

- Os procedimentos observados no Pronunciamento Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), naquilo que não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo Banco Central do Brasil - CPC-00 (R1);
- Os procedimentos de mensuração do valor recuperável de ativos - CPC-01 (R1);
- A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa em substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - CPC-03 (R2);
- A divulgação em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis das informações sobre partes relacionadas - CPC-05 (R1);
- Pagamento baseado em ações - CPC-10 (R1);
- Definição de critérios para seleção, alteração e divulgação de políticas contábeis, para as alterações nas estimativas contábeis e para as retificações de erros - CPC-23;
- Eventos subsequentes - CPC-24; e
- Os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes - CPC-25.

Foi aplicado ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Banco Central do Brasil, conforme determina regulamentação vigente:

- Demonstração do Valor Adicionado - CPC-09.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 07 de agosto de 2013.

3 Gerenciamento de riscos
A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitam a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.
O processo de gerenciamento de riscos conta com políticas em linha com as melhores práticas de mercado e está em consonância com as diretrizes definidas pelo CMN. Sua abrangência é no âmbito das instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim ("Conglomerado").
Foram implementados procedimentos, políticas e sistemas de gestão capazes de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos negócios do Conglomerado, proporcionando à Administração uma visão de todos os riscos incorridos.

Risco de mercado
O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pelo Conglomerado. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities. A gestão é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à tesouraria.
Os princípios básicos adotados para o gerenciamento deste risco são:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Segregação de carteiras: para efeito da gestão e do controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas, conforme a sua estratégia de negócio em carteira *trading* (negociação) ou carteira *banking* (não-negociação);
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e pela definição de estratégias de negócio. As áreas responsáveis pela contabilização das operações, pelo controle de riscos, pelo *compliance* e controles internos e pela auditoria estão estruturadas com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes às suas funções;
- Definição clara de atribuições: definição dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de mercado, proporcionando uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias de precificação e cálculo de riscos: para efeito do controle de riscos são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em melhores práticas de mercado;
- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base nas medidas de risco, com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pelo Conselho de Administração; e
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados.

O Conglomerado realiza operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com o objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à sua política. Estes instrumentos são utilizados para *hedge* de posições, para atender demandas de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.

Risco operacional
O risco operacional é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação do processo internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos ao Conglomerado - inclui o risco legal, porém exclui o risco de estratégia e o risco de reputação.
Os princípios básicos observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a regulamentação vigente do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos através dos comitês e comissões estabelecidos;
- Mapeamento dos processos operacionais e sistêmicos, mapeamento de controles existentes e análise dos riscos inerentes e residuais;
- Captura de perdas operacionais e manutenção de base de dados estruturada com informações referentes aos eventos;
- Análise, comunicação e implantação de planos de ação para melhoria de processos e controles para mitigação dos riscos incorridos; e
- Cálculo de Capital alocado para risco operacional a partir de metodologias estruturadas e adequadas em relação às exigências regulatórias.

Risco de crédito
O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
Os princípios básicos que são observados na gestão e controle de riscos de crédito estão em conformidade com a regulamentação vigente e as melhores práticas de mercado:

- Manuais e documentos contendo a estrutura organizacional, produtos, políticas corporativas, normas e procedimentos contendo fluxos e regras relacionados aos processos de governança, negócios e suporte de crédito;
- Adequado ambiente tecnológico englobando o ciclo de crédito com um fluxo de sistemas desde a admissão, acompanhamento e monitoramento até a reestruturação de crédito;
- Processo de validação cobrindo os riscos envolvidos em sistemas, acurácia dos modelos para cálculo e qualidade dos dados processados, bem como a abrangência dos documentos;
- Estrutura de comitês e alçadas de aprovação de crédito;
- Críticos e procedimentos de seleção de clientes e prevenção à lavagem de dinheiro;
- Normas de análise e concessão de crédito;

- Procedimentos de análise, aprovação e liberação de novos produtos com risco de crédito;
- Classificação da carteira em níveis de risco, ponderando o rating dos clientes, as garantias envolvidas, os prazos e os atrasos das operações;
- Classificação e análise de risco país;
- Acompanhamento de concentrações geográficas, setoriais e de grupos econômicos, bem como monitoramento dos limites internos e regulatórios definidos dentro das políticas e normas;
- Gestão de limites e risco de crédito de contraparte de instrumentos financeiros derivativos;
- Avaliação do risco em operações de venda ou transferência de ativos;
- Procedimentos formalizados contemplando o fluxo de recuperação de créditos;
- Estabelecimento de limites de exposição para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado (grupo com interesse econômico comum) e de tomadores ou contrapartes com características semelhantes;
- Controle de garantias e instrumentos de mitigação de risco de crédito;
- Monitoramento da carteira ativa de crédito com sinais de alerta que possam influenciar a performance operacional ou financeira dos clientes, minimizando o risco de perdas;
- A instituição conta com modelos de testes de estresse para as carteiras de crédito, tanto para o varejo quanto para o atacado. Ambos os modelos passaram por revisão e encontram-se em processo de validação;
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Alta Administração, com indicadores do desempenho do gerenciamento do risco em decorrência das políticas e estratégias adotadas; e
- Procedimentos documentados de exceções à política.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez visa organizar, avaliar e monitorar o controle do risco de liquidez do Conglomerado Financeiro Votorantim, estabelecendo os processos, ferramentas e limites necessários para a geração e análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de tolerância ao risco estabelecidos pela Alta Administração.

Princípios Básicos:

- Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco de liquidez estão em conformidade com a Resolução nº 4.090/2012 do Conselho Monetário Nacional e as melhores práticas de mercado;
- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, *compliance* e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de liquidez está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias para construção de cenários: são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em melhores práticas de mercado, que visam incorporar a dinâmica da contratação de novas operações e da liquidação das carteiras existentes;
- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base em métricas de riscos, estruturadas com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pelo Conselho de Administração;
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados; e
- Plano de contingência de liquidez: A instituição possui Manual de Aciomamento do Plano de Contingência de Liquidez, com a atribuição de papéis e responsabilidades em caso de situação de crise de liquidez.

Governança e Comissões de Gestão e Controle

O acompanhamento das atividades de gerenciamento do risco de liquidez é parte integrante das atribuições dos seguintes órgãos colegiados, com definição clara de atribuições, composição e periodicidade:

- Conselho de Administração: responsável por fixar as diretrizes fundamentais da política geral do Conglomerado, verificar e acompanhar a sua execução;
- Comitê Executivo: responsável por discutir e acompanhar temas recorrentes do negócio abordados nos comitês e comissões operacionais e revisar continuamente a estrutura de governança interna a fim de promover melhorias e aprovar os eventuais ajustes e modificações nos comitês, comissões e subcomissões operacionais da governança interna;
- Comitê de ALM, Riscos e Capital: responsável por analisar e ratificar as propostas encaminhadas para aprovação pelas comissões subordinadas e encaminhá-las ao Comitê Executivo no que se refere a ações para gerenciamento e controle de riscos e gestão de capital; e
- Comissão de Liquidez: responsável pelo acompanhamento e deliberação dos assuntos relacionados à gestão do risco de liquidez, submetendo-os para acompanhamento ao Comitê Operacional de ALM, Riscos e Capital.

Medidas e Limites de Risco para Gestão e Controle

- O Banco adota um conjunto de medidas objetivas para a gestão e controle do risco de liquidez:
 - Meta de liquidez e caixa mínimo: compreende o estabelecimento de intervalos e patamares mínimos aceitáveis, configurando limites prospectivos para cenários adversos de liquidez;
 - Cenários de vencimento: compreendem a apuração do perfil futuro de liquidez, tendo por base a premissa geral de vencimento das carteiras atuais;
 - Cenários orçamentários: compreendem a apuração do perfil futuro de liquidez, com premissas consistentes com o planejamento orçamentário, tendo por base a premissa geral de rolagem das carteiras atuais;
 - Cenários de estresse: compreendem simulações do impacto nas carteiras decorrente de condições extremas de mercado e/ou da dinâmica e da composição das carteiras, que possam alterar de forma significativa os cenários projetados de liquidez do Banco;
 - Análises de sensibilidade: compreendem simulações de sensibilidade no perfil futuro de liquidez em função de pequenas oscilações nas condições de mercado e/ou na dinâmica e composição das carteiras; e
 - Perfil de Concentração de Captação: compreende o acompanhamento do perfil de concentração das carteiras, em termos de volumes, prazos, instrumentos, segmentos e contrapartes.
- As medidas de risco são utilizadas para o estabelecimento de limites e para a tomada de risco. Estes limites compreendem a definição dos valores máximos autorizados, através do estabelecimento de níveis mínimos de caixa e de ações contingenciais. A área de Risco de Mercado e Liquidez é responsável por monitorar diariamente o risco de liquidez e acionar os fóruns competentes em caso de aumento do risco. Os valores estabelecidos nos limites de liquidez e no plano de contingência são atualizados e revisados periodicamente, em função da alteração significativa das condições de mercado ou da dinâmica e composição das carteiras.

Sistemas de Mensuração e Processo de Comunicação

O Banco adota sistemas corporativos para mensuração e controle de riscos de liquidez, combinando aplicativos desenvolvidos internamente com soluções de mercado. Estes sistemas operacionalizam o tratamento integrado de informações.

Adicionalmente, o Banco adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de liquidez. Este processo de comunicação compreende:

- A emissão periódica de relatórios objetivos, nos quais são apresentados os cenários de liquidez e a evolução do perfil das carteiras de captação, bem como demonstrados os níveis de utilização de limites autorizados; e
- A realização periódica dos fóruns colegiados de acompanhamento, em observância às alçadas decisórias e nos quais são debatidos de forma participativa os assuntos em pauta.

Comunicação de Extrapolação de Limites e Plano de Contingência

O procedimento adotado para o monitoramento dos níveis de caixa e do plano de contingência compreende duas etapas: comunicação e monitoramento.

- Comunicação: Para comunicação são apresentados os cenários e métricas de liquidez na Comissão de Liquidez e no Comitê de ALM, Riscos e Capital, onde são analisadas as variações e considerados os níveis pré-estabelecidos de acionamento do plano de contingência em caso de potencial extrapolação dos limites estabelecidos; e
- Monitoramento: Eventual extrapolação de limites implica obrigatoriamente a implementação de estratégias combinadas de negócio, de gestão das carteiras de aplicação e captação, para a reposição dos níveis de liquidez, incluindo, caso necessário, o lançamento e a adoção das ações estabelecidas previamente no plano de contingência. Estas estratégias são de responsabilidade dos gestores de negócio, considerando as condições do mercado, e acompanhadas na Comissão de Liquidez e no Comitê de ALM, Riscos e Capital.

	2013	2012
Recargas da intermediação financeira	1.842.287	1.920.368
Operações de arrendamento mercantil	1.000.113	891.683
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	150.413	183.228
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	691.761	845.457
Despesas da intermediação financeira	(1.775.334)	(1.877.036)
Operações de captação no mercado	(850.555)	(1.091.009)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(421)	(749)
Operações de arrendamento mercantil	(870.400)	(680.165)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53.598)	(105.113)
Resultado bruto da intermediação financeira	66.953	43.332
Outras receitas / (despesas) operacionais	(18.508)	(22.969)
Recargas de prestação de serviços	12	37
Rendas de tarifas bancárias	51	273
Despesas de pessoal	(452)	(3.128)
Outras despesas administrativas	(19.250)	(14.842)
Despesas tributárias	(9.370)	(12.995)
Outras receitas operacionais	15.481	16.340
Outras despesas operacionais	(4.980)	(8.654)
Resultado operacional	48.445	20.363
Resultado não operacional	11.113	11.933
Resultado antes da tributação sobre o Lucro e Participações	59.558	32.296



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 (Em milhares de Reais)

Para os itens objeto que deixaram de compor o programa de hedge e permanecem registrados no Balanço Patrimonial, quando permitido, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

f. Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa
 As operações de arrendamento mercantil são registradas na forma da Portaria MF nº 140/1984 e ajustadas por provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, calculadas com base no valor presente da carteira de arrendamento mercantil.

As operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, grupo econômico observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 (sessenta) dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 (cento e oitenta) dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, conforme as regras da Resolução nº 2.652/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de arrendamento mercantil, que são objetos de hedge de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação ao valor de mercado dessas operações são registrados, quando positivos, em Outros créditos - Diversos, e, quando negativos, em Outras obrigações - Diversas, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

g. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h. Estimativas contábeis

A elaboração de Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação de ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise sobre passivos contingentes. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente ou quando houver indício de redução do valor recuperável.

Os principais valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis por meio das estimativas estão incluídos nas seguintes Notas Explicativas:

- nº 8 - Títulos e valores mobiliários;
- nº 9 - Instrumentos financeiros derivativos;
- nº 10 - Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- nº 39 - Ativos e passivos contingentes.

i. Ativo permanente

i. Os investimentos são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

ii. O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
- sistemas de comunicação, segurança e transporte - 10%; e
- sistemas de processamento de dados - 20%.

iii. O imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente; e

iv. O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da respectiva amortização. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

Os ativos não-financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

j. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a) 15%
PIS / Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b) 4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

(a) Alíquota aplicada às empresas financeiras. Para as demais empresas não-financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(b) Para as empresas não-financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / Pasep é de 1,65% e a de COFINS é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº3.355/2006 e CMN nº3.655/2008, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Na Companhia é reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

i. **Ativos contingentes** - São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;

ii. **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; e

iii. **Obrigações legais** - São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

l. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base "pro rata") e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores contábeis ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base "pro rata" dia).

e. Composição de instrumentos financeiros derivativos utilizados em estratégias de hedge	30/06/2013	30/06/2012
Instrumentos de hedge / Hedge de risco de mercado		
Passivo	1.549.170	2.773.065
Swap	1.549.170	2.773.065
Itens objeto de hedge		
Ativo	1.352.062	2.750.660
Operações de arrendamento mercantil	1.352.062	2.750.660

f. Hedge contábil

Objeto de hedge	Instrumentos de hedge	
	30/06/2013	30/06/2012
	Valor de mercado	Valor de mercado
Ganho / Valor de (Perda) não realizado	Valor de mercado	Valor de mercado
Estratégias / Risco	30/06/2013	30/06/2012
Hedge de Operações de arrendamento mercantil / taxas pré-fixadas	1.352.062	21.498
Swap	2.750.660	1.549.170
Total	1.549.170	2.773.065

A efetividade verificada na carteira de hedge encontrava-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação vigente.

Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos e dos objetos de hedge

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Perdas dos itens objeto de hedge	(26.862)	-
Ganhos dos instrumentos de hedge	27.730	-
Efeito líquido	868	-
Ganhos dos itens objeto de hedge	4.057	97.316
Perdas dos instrumentos de hedge	(3.951)	(87.989)
Efeito líquido	106	9.327

10 Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição das operações por modalidade e parcelas vencidas e vindencidas

	30/06/2013	30/06/2012
Arrendamentos a receber	1.237.817	2.197.999
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(1.214.411)	(2.164.379)
Imobilizado de arrendamento	921.338	1.765.129
Superveniência de depreciação	2.387.670	3.335.545
Diferido de arrendamento	11.568	7.643
Custos financiados	89.792	185.771
Credores por antecipação de valor residual	(1.994.503)	(2.701.426)
Valor presente dos contratos com valor residual	1.439.271	2.626.282
Parcelas vencidas (a partir de 15 dias)	49.405	97.914
Parcelas vindencidas	1.389.866	2.528.368
Total de parcelas	1.439.271	2.626.282

No período, a Instituição registrou resultado com insuficiência de depreciação no montante de R\$ 507.731 (R\$ 124.817 em 2012), classificada na Demonstração do Resultado em "Despesas de operações de arrendamento mercantil".

b. Concentração das operações

	30/06/2013	30/06/2012
Dez maiores devedores	124.648	84.068
Cinquenta seguintes maiores devedores	82.644	74.504
Cem seguintes maiores devedores	34.679	34.885
Demais clientes	1.197.300	2.432.825
Total	1.439.271	2.626.282

c. Composição das operações por setor de atividade econômica

	30/06/2013	30/06/2012
Pessoas jurídicas	114.606	267.733
Setor privado	114.606	267.733
Indústria	-	40
Comércio	-	140
Serviços	114.606	267.553
Pessoas físicas	1.324.665	2.358.549
Total	1.439.271	2.626.282

d. Composição das operações e da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão		30/06/2013		30/06/2012	
	normal	Operações vencidas	Total das operações existentes	Provisão existente	Total das operações existentes	Provisão existente
AA	-	46,999	46,999	-	-	-
A	0,5	1.064,521	-	1.064,521	5,323	2.098,733
B	1	-	86,566	86,566	866	121,652
C	1	-	73,589	73,589	2,208	111,643
D	10	-	37,565	37,565	3,756	60,645
E	30	-	23,748	23,748	7,124	33,771
F	50	-	16,399	16,399	8,199	36,358
G	70	-	12,296	12,296	8,607	31,961
H	100	-	77,588	77,588	77,588	131,519
Total	1.111,520	327,751	1.439,271	113,671	2.626,282	203,327
Percentual sobre Carteira	-	7,90%	-	7,90%	-	7,74%

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Saldo inicial	153.942	231.240
Constituições / (Reversões)	53.958	105.113
Baixas para prejuízo	(94.229)	(133.026)
Saldo final	113.671	203.327

f. Informações complementares

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Montante de créditos renegociados no período	1,488	1,444
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo	7,586	5,629

11 Outros créditos - Diversos

	30/06/2013	30/06/2012
Crédito tributário de impostos e contribuições	603.810	650.658
Devedores por depósitos em garantia	6.715	4.847
Impostos e contribuições a compensar	62.109	42.420
Impostos e contribuições a recuperar	4	1
Ajuste ao valor de mercado de operações de arrendamento mercantil	21.498	124.378
Custos associados a operações de arrendamento mercantil	89.792	185.771
Outros	428	97
Total	784.356	1.008.172

12 Outros valores e bens

	30/06/2013	30/06/2012
Despesas antecipadas	9.841	16.212
Comissões por intermediação de operações	(a) 8.508	14.385
Despesas de serviços do sistema financeiro	3	4
Despesas de serviços técnicos especializados	79	36
Outras despesas administrativas	1.251	1.787
Outros valores e bens	8.163	8.893
Bens não de uso próprio - Veículos e afins	8.997	9.275
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(834)	(382)
Total	18.004	25.105

(a) Referem-se ao diferimento dos custos associados às operações de arrendamento mercantil incorridos na sua origem.

13 Investimentos

	30/06/2013	30/06/2012
Investimentos por incentivos fiscais	8.253	6.639
Provisão para perdas de investimentos por incentivos fiscais	(2.910)	(1.215)
Total	5.343	2.424

14 Imobilizado de arrendamento

	30/06/2013	30/06/2012
Veículos	3.479.332	(2.703.460)
Aeronaves	4.861	(1.562)
Instalações	1.767	(710)
Máquinas e equipamentos	165.270	(46.944)
Sistemas de processamento de dados	35.379	(14.312)
Móveis	2.132	(415)
Outros	-	20
Bens arrendados	3.688.741	(2.767.403)
Superveniência de depreciação	-	2.387.670
Total	3.688.741	3.309.008
Saldo inicial	4.163.546	5.993.669
Aquisições	67.728	73.400
Alienações	(126.345)	(212.430)
Depreciação	(288.190)	(512.479)
Insuficiência de depreciação	(507.731)	(241.126)
Saldo final	3.309.008	5.100.674

	30/06/2013	30/06/2012
Valor de custo	3.479.332	(2.703.460)
Depreciação acumulada	775.872	1.642.334
Saldo líquido	2.703.460	1.061.126

	30/06/2013	30/06/2012
Valor de custo	22.601	(11.033)
Amortização acumulada	11.568	7.643
Saldo líquido	11.033	(3.381)

15 Diferido

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Perdas em arrendamentos a amortizar	22.601	(11.033)
Total	22.601	(11.033)

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Saldo inicial	9.875	6.108
Aquisições	16.564	8.019
Alienações	(8.541)	(4.191)
Amortização	(6.330)	(2.293)
Saldo final	11.568	7.643

Em 30 de junho de 2013, não foi verificada a existência de ativos relevantes que indique perda de desvalorização.

16 Recursos de aceites e emissão de títulos

	Primeira data da captação	Última data da captação	30/06/2013	30/06/2012
Debêntures				
Pós-fixado R\$ 100,00% a 111,00% do DI	04/2006	07/2027	25.332.050	22.727.670
Pós-fixado R\$ 0,35% a.a. + DI	07/2007	07/2012	-	1.697.258
Total			25.332.050	24.424.928

17 Obrigações por empréstimos e repasses

	30/06/2013	30/06/2012
Repasses do País - FINAME		
Pré-fixado	(a) 11.301	19.146
Total	11.301	19.146

	30/06/2013	30/06/2012
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias		
Provisão para impostos e contribuições diferidos	426.465	654.039
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	1	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

b. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos com efeito sobre o resultado no período

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Crédito tributário		
Adições / (Exclusões)		
Prejuízo fiscal	(44.477)	(11.645)
Ajuste a mercado de TVM	14	-
Ajuste a mercado de derivativos	(28.392)	28.848
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.752	(10.539)
Provisão para contingências	(285)	(1.326)
Superveniência / Insuficiência de depreciação	38.080	9.361
Outras	(949)	355
Total	<u>(20.257)</u>	<u>15.054</u>
	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Obrigação fiscal diferida		
Adições / (Exclusões)		
Ajuste a mercado de TVM	(23)	(202)
Ajuste a mercado de oper. arrendamento mercantil	27.057	(18.493)
Superveniência / Insuficiência de depreciação	88.853	21.843
Outras	(2)	-
Total	<u>115.885</u>	<u>3.148</u>

c. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos com efeito sobre contas patrimoniais no período

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Ativo (Outros créditos - Diversos)		
Saldo inicial	624.117	635.604
Prejuízo fiscal	(44.477)	(11.645)
Ajuste a mercado de TVM	(37)	-
Superveniência / Insuficiência de depreciação	38.080	9.361
Ajuste a mercado de derivativos	(28.392)	28.848
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.752	(10.539)
Provisão para contingências	(285)	(1.326)
Outros	(948)	355
Saldo final	<u>603.810</u>	<u>650.658</u>
	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Passivo (Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias)		
Saldo inicial	542.351	657.187
Superveniência / Insuficiência de depreciação	(88.853)	(21.843)
Ajuste a mercado de TVM	23	202
Ajuste a mercado de oper. arrendamento mercantil	(27.057)	18.493
Outros	1	-
Saldo final	<u>426.465</u>	<u>654.039</u>

	30/06/2013	30/06/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido - Ativo	<u>603.810</u>	<u>650.658</u>
Prejuízo fiscal	679.015	765.295
Ajuste a mercado de derivativos	18.300	57.288
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	80.757	83.115
Provisão para contingências	4.344	3.456
Superveniência / Insuficiência de depreciação	(179.075)	(258.889)
Outros	469	393
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido - Passivo	<u>426.465</u>	<u>654.039</u>
Ajuste a mercado de TVM	23	212
Ajuste a mercado de oper. arrendamento mercantil	8.599	49.752
Superveniência / Insuficiência de depreciação	417.843	604.075
Créditos tributários líquidos do passivo fiscal diferido	<u>177.345</u>	<u>(3.381)</u>

	Valor nominal	Valor presente
Expectativa de realização do crédito tributário		
Em 2013	61.438	58.787
Em 2014	34.960	30.301
Em 2015	14.915	11.563
Em 2016	15.454	10.705
A partir de 2017	477.043	176.942
Total	<u>603.810</u>	<u>288.298</u>

No 1º semestre de 2013, observou-se a realização de créditos tributários na BV Leasing no montante de R\$ 123.103, correspondente a 87% da respectiva projeção de utilização para o período de 2013, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2012. Não existem créditos tributários não ativados.

36 Partes relacionadas

	30/06/2013	30/06/2012
a. Sumário das transações com partes relacionadas		
Ativo / (Passivo)		
Disponibilidades		
Banco Votorantim S.A.	230	216
Banco do Brasil S.A.	12	20
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Banco Votorantim S.A.	4.613.726	5.652.137
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo		
Banco Votorantim S.A.	20.924.056	18.028.064
Recursos de aceites e emissão de títulos		
Banco Votorantim S.A.	(23.832.673)	(21.591.737)
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo		
Banco Votorantim S.A.	(381.757)	(765.488)

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Receita / (Despesa)		
Resultado com títulos e valores mobiliários		
Banco Votorantim S.A.	137.775	147.441
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		
Banco Votorantim S.A.	759.402	799.228
Operações de captações no mercado		
Banco Votorantim S.A.	(790.104)	(948.528)
Outras despesas administrativas		
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	(7)
Outras despesas operacionais		
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	(3)

b. Remuneração de pessoal-chave da Administração
Em 30 de junho de 2013, a Companhia despendeu o montante de R\$ 431 como remuneração às pessoas-chaves da Administração.
Honorários (330)
Encargos sociais (101)
Total (431)

c. Benefícios a empregados
Não existe benefícios pós-emprego, tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica, outros benefícios de longo prazo a empregados e administradores, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

37 Valor de mercado

	30/06/2013		30/06/2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Circulante e realizável a longo prazo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.613.424	4.613.424	5.652.137	5.652.137
Títulos e valores mobiliários	58.362	58.362	276.836	276.836
Instrumentos financeiros derivativos	20.924.055	20.924.055	18.028.064	18.028.064
Operações de arrendamento mercantil	1.347.098	1.347.098	2.547.334	2.547.334

O valor contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros são:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Passivo				
Circulante e exigível a longo prazo				
Recursos de aceites e emissão de títulos	25.332.050	25.332.050	24.424.928	24.424.928
Obrigações por empréstimos e repasses	11.301	11.301	19.146	19.146
Instrumentos financeiros derivativos	381.757	381.757	765.488	765.488

38 Análise de sensibilidade

A BV Leasing gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita, tais como, exposições a taxas de juros pré-fixadas em Reais, moedas estrangeiras e seus respectivos cupons. Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a BV Leasing utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros. A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não-negociação (*Banking*). Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 30 de junho de 2013:

		Cenário I	
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(42)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

		Cenário II	
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(979)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

		Cenário III	
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(1.924)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não-negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações

de varejo (depósitos à vista e a prazo) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedged* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse. Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não-negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 30 de junho de 2013:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	1.444
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial (1)	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.			

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(34.327)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial (1)	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupons de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.			

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(69.365)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial (1)	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupons de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.			

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético. A taxa pré, no dia 30 de junho de 2013, para o prazo de um ano é 9,4%. Desse modo, toda a curva é chocada em 2,35% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

39 Ativos e passivos contingentes

	30/06/2013	30/06/2012
a. Composição dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável		
Contingências fiscais	(a) 3.220	2.689
Contingências cíveis	(b) 8.549	6.415
Total	<u>11.769</u>	<u>9.104</u>

(a) Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS; sendo apresentadas na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias".

(b) Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em "Outras obrigações - Diversas".

	Demandas fiscais		Demandas cíveis	
	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Saldo inicial	3.084	1.827	9.379	10.595
Constituições	218	902	1.481	